



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

Dermorrafia reconstrutiva	100,00	100,00	120,00	120,00	120,00		
Quimioterapia	35,00	40,00	50,00	70,00	70,00		
Raio X	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00		
Ultrassonografia	130,00						
Transfusão sanguínea	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00		
Cesárea	200,00	250,00	300,00	350,00	400,00		
Piometra	200,00	250,00	300,00	350,00	400,00		
eutanásia	100,00	110,00	120,00	130,00	140,00		
OSH Cadela	90,00	100,00	120,00	150,00	160,00		
Orquiectomia Cão	60,00	70,00	80,00	90,00	100,00		
OSH Gata	70,00						
Orquiectomia Gato	50,00						

*OSH – Ovariosalpingoesterectomia

1.1 – As despesas decorrente deste processo correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:
020601.33903600.122.04.0425.2025.013100000
020601.33903900.122.04.0425.2025.013100000

2. – EMPRESAS: Para participar, as empresas deverão apresentar na Secretaria Municipal de Gestão Pública da Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, os documentos abaixo listados, válidos na data de apresentação das certidões abaixo descritas, sob pena de impedimento para a contratação, não sendo aceitos protocolos de pedidos destas certidões. Não serão aceitos documentos enviados por fax ou e-mail. Esta Administração não assume qualquer responsabilidade por envelopes contendo documentação que não sejam entregues pessoalmente no endereço indicado para tal.

2.1 - Requerimento solicitando o credenciamento, dele constando nome completo, CRMV - conselho regional de medicina veterinária, RG e CPF do signatário do contrato que se formalizará, conforme minuta em anexo, RG e CPF de testemunha por parte da contratada, bem como a indicação de todas as especialidades, ou atividades que pretende desenvolver, e concordância com os termos da remuneração acima indicada;

2.2 - Certidão Negativa de Débito (CND) expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, nos termos e para os fins previstos no artigo 195, § 3º, da Constituição Federal;

2.3 - Prova de regularidade para com o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal;

2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de São José do Rio Pardo, se o interessado tiver sede ou filial neste município (todos os tributos);

2.5 - Comprovação de inscrição perante o Conselho respectivo.

2.6 - Comprovação de habilitação na(s) atividade(s) e especialidade(s) de interesse.

2.7 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (contrato inicial e suas alterações ou contrato social consolidado), devidamente registrado em cartório ou publicado - conforme cada caso, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso se sociedade por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores.

2.8 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

2.9- Certidão emitida com base no art. 642 A, da Consolidação das Leis do trabalho, acrescentando pela Lei 12.440 de 07/07/2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho de 24 de agosto de 2011 -Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

2.10 – Certidão negativa de falência, concordata ou de recuperações judiciais e extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3 – AUTÔNOMOS/EMPRESAS INDIVIDUAIS: Para participar deste processo, os profissionais, autônomos, empresas individuais e assemelhados, deverão apresentar, nas mesmas condições do item precedente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

sob pena de impedimento para a contratação, os mesmos documentos listados no item 2, exceto os prescritos nos subitens 2.2, 2.3, 2.7, 2.8 e 2.9.

4 - Quando do pagamento aos profissionais autônomos, haverá retenção de 11% (vinte por cento) do total da fatura, devido ao INSS, sendo entregue ao profissional a competente guia de recolhimento. Caso o profissional já recolha à Previdência Social pelo teto máximo, deverá fazer esta comprovação, a cada pagamento, com documentos hábeis.

5- Quando do pagamento às empresas e profissionais, haverá retenção do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza –, nos termos da Lei Municipal nº 2.698 de 19/12/2003 e do Decreto 3.380 de 18/03/2004 e, durante a vigência do contrato, de eventual legislação municipal que vier a ser editada.

6 - Depois de transcorrido o prazo para pagamento, definido em 30 dias, contados do adimplemento da obrigação contratual, e nos termos da proposta apresentada, o mesmo

será efetivado pela Tesouraria da CONTRATANTE, através da emissão de cheque nominal ao credor.

7 - Os preços contratados não sofrerão qualquer espécie de atualização, durante o primeiro ano de vigência desta avença, salvo as decorrentes de alterações em alíquotas de tributos que venham a ocorrer após a contratação e em nenhuma hipótese será concedida atualização de preços sobre parcelas em atraso.

8 - As despesas de locomoção para a realização dos serviços serão cobertos pelo contratante.

9 – Os atendimentos veterinários e procedimentos descritos acima serão prestados integralmente no estabelecimento do contratado (a).

10 - O prazo para assinatura do contrato decorrente deste edital de convocação é imediata, contados da convocação para tal, após o que decairá o direito do interessado de assinar a avença.

11 – O corpo de credenciados da Assistência Médica Veterinária ficará limitado aos que apresentarem a documentação solicitada e que tiverem essa documentação aprovada pela Comissão Municipal para Julgamento de Licitação nomeada pela Portaria nº 11.745, de 02/01/2014.

12 - Fica definido em caráter precário, até 06 de julho de 2016, condicionado à satisfação das obrigações assumidas pelo Município junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo – TAC/ACP Nº 00067153331.2013.8.26.0575, para recepção da documentação autenticadas, a ser apresentada no setor de licitações e contratos desta Prefeitura, das 08:00 às 16:00 horas, na Praça dos Três Poderes nº 01, Centro.

13 – Fica estabelecido as hipóteses de descredenciamento, de forma que os credenciados que não estejam cumprindo as regras e condições fixadas para o atendimento, sejam imediatamente excluídos do rol de credenciados, com aplicações ao presente processo das sanções previstas na Lei 8.666/93 e no Decreto Municipal nº. 3.950, de 21 de março de 2011 (Anexo I).

14 – Fica permitido o credenciamento, aa qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas.

15 – Fica previsto a possibilidade de denúncia do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando notificar a Administração, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

16 – Fica possibilitado que os usuários denunciem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento; e fica fixado as regras que devam ser observadas pelos credenciados no



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

atendimento (como por exemplo proibição de que o credenciado exija que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco).

17 – A convocação para a realização dos serviços será por ordem de credenciamento dos interessados, a ser rigorosamente, obedecida pelo responsável do Departamento de Vigilância Sanitária.

São José do Rio Pardo, 08 de março de 2016

João Batista Santurbano

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

ANEXO I

DECRETO Nº 3.950, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

Regulamenta a aplicação de sanção, em especial de multas nos procedimentos licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Município de São José do

Rio Pardo e dá providências correlatas.

João Luis Soares da Cunha, Prefeito do Município de São José do Rio Pardo, São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos do artigo 83, inciso XI da Lei Orgânica do Município, tendo como fundamento a regra do artigo 115 da Lei nº 8.666/93, considerando a faculdade de expedir normas para a realização de seus procedimentos licitatórios; considerando que a Lei nº 8.666/93, ao se referir à multa o faz genericamente e considerando a necessidade de se estabelecerem parâmetros para a aplicação de sanção.

DECRETA:

Art. 1º – A aplicação de multa na infringência ao disposto nos artigos 81, 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/2002, no âmbito de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, obedecerá ao disposto neste Decreto.

Art. 2º – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração do Município de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as seguintes penalidades:

**I – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou
II - Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.**

Art. 3º – O atraso injustificado na execução do contrato de serviço, obra, ou na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

I – multa de 10% (dez por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e
II – Multa de 15% (quinze por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

Parágrafo Único – A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no edital ou contrato, sujeitando-se à aplicação da multa prevista no Art. 4º deste Decreto.

Art. 4º - Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

I – multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou
II – multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

Art. 5º O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo Único – A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação de multa prevista no Art. 4º deste Decreto, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no “caput” deste artigo.

Art. 6º O pedido de prorrogação de prazo final da obra e/ou serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

Art. 7º As multas referidas neste Decreto não impedem a aplicação de outras sanções previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02.

§ 1º Verificando que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, a Prefeitura Municipal, reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a contratada tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

§ 2º Caso a contratada tenha prestado garantia, e esta for insuficiente para cobrir o valor da multa, será retida a diferença, nos termos disciplinados no parágrafo anterior.

§ 3º Se esta Prefeitura Municipal decidir pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à contratada devidamente corrigido pelo IPC-FIPE.

Art. 8º As normas estabelecidas neste Decreto deverão constar em todos os procedimentos licitatórios e de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Art. 9º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 3.920, de 13 de dezembro de 2010.

São José do Rio Pardo, 21 de março de 2011.

João Luís Soares da Cunha
Prefeito

Publicada por afixação em quadro próprio de editais na Sede da Prefeitura Municipal, nesta data.

Walkyr Veronese Junior
Secretario Municipal de Gestão Pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

ANEXO II

M I N U T A

(1) CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO E A EMPRESA _____, PARA A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA VETERINÁRIA - PARA ATENDIMENTO CLÍNICO/CIRÚRGICO DE CÃES/GATOS ABANDONADOS,

Na Secretaria da Prefeitura, situada à Praça dos Três Poderes, 1 - centro, São José do Rio Pardo, presentes, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.741.659/0001-37, neste ato representada pelo Sr. **Marcelo Luiz Galotti Pereira**, Secretario Municipal de Saúde, de ora em diante designado **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à _____, nº _____, bairro _____, município de _____/SP, representada pelo Sr. _____, portador do RG _____, inscrito no CIC/MF sob nº _____, inscrito no CRMV sob nº _____, na forma de seu estatuto social, na qualidade de adjudicatária do edital de chamamento datado de ____/____/____ para contratação por inexigibilidade nº 09/15, ao qual se vinculam as partes, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, de acordo com as normas emanadas das Leis Federais nºs 8666/93, 8883/94, 9032/95, 9648/98 e 9854/99, e com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de _____

1.2 - Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados bem como seus eventuais anexos, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar: o edital de convocação do processo licitatório acima indicado, os dispositivos legais descritos no Edital e o requerimento de cadastramento apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO.

2.1 - Execução indireta, através de empreitada por preço unitário, em base mensal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

3.1 - O objeto desse contrato somente será recebido, nos termos do art. 73, inciso I e parágrafos, da Lei Federal nº 8666/93, se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes dos documentos citados em 1.2.

3.2 - A CONTRATADA obriga-se a reexecutar, às suas expensas, no local estipulado e no prazo ajustado, após a notificação, os serviços que vierem a ser recusados pela CONTRATANTE, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto do contrato.

3.3 - A fiscalização da execução contratual, pela CONTRATANTE, será feita pela sua Divisão de Convênios, cujos servidores deverão receber definitivamente os serviços, dispensando o recebimento provisório, por se tratar de serviços profissionais. O recebimento se fará a cada mês, mediante anotação correspondente no documento fiscal de cobrança.

3.4 - O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade e correção dos serviços prestados.

3.5 - A constatação de eventuais irregularidades na apresentação das contas, ou no atendimento, este em desacordo com as normas do ensejará o cancelamento do cadastro e do respectivo contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.

4.1 - A remuneração pelos serviços prestados obedecerá aos seguintes parâmetros



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

PROCEDIMENTOS	HORÁRIO COMERCIAL					EXTRA HORARIO	SÁBADO/ DOMINGO
	1 - 10 Kg	11 – 20 Kg	21 – 30 kg	31 – 40 Kg	Acima de 41 Kg		
Consulta clínica	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	100,00	100,00
Diárias / internação	20,00	30,00	40,00	50,00	60,00		
Coleta de sangue	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00		
Curativo	20,00	30,00	40,00	50,00	60,00		
Soroterapia	30,00 (500ml)						
Debridamento cirúrgico	20,00	30,00	40,00	50,00	60,00		
Anestesia	70,00	80,00	90,00	100,00	100,00		
Anestesia Local	15,00	20,00	25,00	30,00	35,00		
Sedação	25,00	40,00	45,00	50,00	50,00		
Retirada de tumor	100,00	120,00	140,00	160,00	180,00		
Imobilização	50,00	60,00	70,00	80,00	90,00		
Amputação	270,00	300,00	330,00	360,00	390,00		
Dermorrafia simples	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		
Dermorrafia reconstrutiva	100,00	100,00	120,00	120,00	120,00		
Quimioterapia	35,00	40,00	50,00	70,00	70,00		
Raio X	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00		
Ultrassonografia	130,00						
Transfusão sanguínea	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00		
Cesárea	200,00	250,00	300,00	350,00	400,00		
Piometra	200,00	250,00	300,00	350,00	400,00		
eutanásia	100,00	110,00	120,00	130,00	140,00		
OSH Cadela	90,00	100,00	120,00	150,00	160,00		
Orquiectomia Cão	60,00	70,00	80,00	90,00	100,00		
OSH Gata	70,00						
Orquiectomia Gato	50,00						

***OSH – Ovariosalpingoesterectomia**

, que onerará os recursos orçamentários e financeiros reservados no elemento das despesas: 020601.33903600.122.04.0425.2025.013100000 - 020601.33903900.122.04.0425.2025.01310000 do orçamento de 2015 da CONTRATANTE.

4.2 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação.

4.3 - Depois de transcorrido o prazo para pagamento, definido em 30 dias, contados do adimplemento da obrigação contratual, e nos termos da proposta apresentada, o mesmo será efetivado pela Tesouraria da CONTRATANTE, através da emissão de cheque nominal ao credor.

4.4 - Os preços contratados não sofrerão qualquer espécie de atualização, durante o primeiro ano de vigência desta avença, salvo as decorrentes de alterações em alíquotas de tributos que venham a ocorrer após a contratação e em nenhuma hipótese será concedida atualização de preços sobre parcelas em atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE ENTREGA E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

5.1 - O prazo para início dos serviços é imediato, e o prazo de execução será de até 06 (seis) meses, ambos contados da assinatura deste instrumento contratual.

5.2 - Este contrato vigorará durante todo o período de execução dos serviços, iniciando nesta data e vencendo no dia .../.../..., podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57 da Lei 8666/93, com redação modificada pela Lei 9648/98, persistindo, no entanto, as obrigações, especialmente as decorrentes da responsabilidade inerente aos atos da execução.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1 - Executar os serviços objeto desse contrato nas condições previstas no edital de convocação e seus anexos.

6.2 - Ficar responsável pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação, de seus prepostos, se e quando necessárias, sendo que as despesas de locomoção dos clientes, para a realização do evento, correrão por conta única e exclusivamente dos mesmos.

6.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento de convocação.

6.4 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infelizmente do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução desse contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

6.5 - Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

6.6 - Fazer prova da regularidade para com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, mediante a apresentação de CND - Certidão Negativa de Débito, bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através da apresentação de CRF - Certificado de Regularidade do FGTS. Ambas as certidões, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal, deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitida e apresentada à CONTRATANTE.

6.7 - Realizar todos os procedimentos contratados em local / espaço / estabelecimento próprio adequado e regularizado nos moldes da legislação de regência (Anvisa e Etc).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES.

7.1 O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela lei federal nº. 8.883, de 8 de junho de 1994, autorizam, desde já, o CONTRATANTE rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

7.2 - Aplicam-se a este contrato as sanções estipuladas na Lei Federal nº. 8.666/93 e no Decreto nº. 3.950, de 21 de março de 2011 do CONTRATANTE, que a CONTRATADA declara conhecer integralmente.

7.3- No caso de rescisão administrativa unilateral, a CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.

7.4- A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

7.5- A aplicação das penalidades não impede o CONTRATANTE de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS.

8.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

8.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições do presente contrato, seus anexos e termos aditivos, tal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar essas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA.

9.1 - A CONTRATADA fica dispensada, neste ato, da prestação de garantia prevista no artigo 56 da Lei Federal 8666/93, em sua redação atual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA NOMEAÇÃO

10.1 - Fica nomeado o servidor _____, responsável pelo Setor de _____, para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do contrato, para fins do disposto no artigo 67, e parágrafos, da Lei Federal 8666/93, em sua redação atual, responsabilizando-se pelo recebimento e conferência dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

São José do Rio Pardo/SP, ____ de _____ de 2015

Secretario Municipal de Saúde

CONTRATADA

Testemunha 1

Testemunha 2

Nome: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Endereço: _____

RG: _____

RG: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

NOME _____
CNPJ/CPF _____ INSCR. EST./RG. _____ INSCR. MUNIC. _____
ENDEREÇO _____
CIDADE _____ ESTADO _____
NOME DO RESPONSÁVEL _____
FUNÇÃO NA EMPRESA _____
CRM _____ RG _____ CPF _____
NACIONALIDADE _____ PROFISSÃO _____ EST.CIVIL _____
ESPECIALIDADES
PRETENDIDAS: _____
TELEFONE: _____

Solicitamos o credenciamento desta empresa/profissional para atendimento clínico/cirúrgico de cães/gatos abandonados, comunitários, para atendimento e Liminar do Ministério Público do Estado de São Paulo, Proc. Nº 00067153331.2013.8.26.0575, uma vez que estamos de acordo com os termos da remuneração estabelecida neste processo de credenciamento.

Para tanto, estamos juntando toda a documentação solicitada, assinamos as declarações abaixo e informamos os dados da pessoa que assinará o contrato como testemunha, por esta empresa:

NOME _____
RG _____ CPF _____

Declaramos estar de pleno acordo com as normas desse edital de convocação, bem como cientes quanto aos termos da Lei Federal nº 8666/93, e suas alterações, notadamente as Leis nºs 8883/94, 9032/95, 9648/98 e 9854/99, das Leis Municipais e Decretos citados neste edital de convocação, e que tomamos ciência de todos os documentos e informações referentes a este procedimento, em especial as especificações dos serviços mencionados.

Declaramos, também, que esta empresa cumpre com o disposto no inciso XXXIII, artigo 7º, da Constituição Federal, no que diz respeito à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendizes, a partir de quatorze anos. (se for o caso)

Assinatura